

Demonstrações Contábeis

J.Macêdo S.A. e Consolidado

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	12

Demonstrações contábeis

Balço patrimonial.....	18
Demonstração do resultado.....	19
Demonstração do resultado abrangente.....	20
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	21
Demonstração dos fluxos de caixa.....	22
Demonstração do valor adicionado.....	23
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	24
Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis.....	78

Relatório da Administração 2019



J. Macêdo

O sabor de fazer bem feito

**Dona
Benta**



Petybon



BOA SORTE

Em 2019 a J. Macêdo completou 80 anos de existência. Neste ano, nosso desempenho ficou abaixo de nossas expectativas, principalmente por conta de um ano turbulento na economia global, em especial, no mercado de commodities. O efeito do custo do trigo importado, aliado ao aumento nas taxas de câmbio, impactaram consideravelmente nosso negócio, ou seja, foi forte a pressão dos custos para os moinhos de trigo do Brasil. Enfrentamos dificuldades no repasse destes custos, o que culminou em um resultado bem abaixo do esperado.




Mesmo diante das adversidades, a Companhia concluiu seu plano de negócio inaugurando um Complexo Industrial situado na cidade de Simões Filho – BA, composto por uma nova Fábrica de Massas e pela ampliação e modernização da Fábrica de Biscoitos e do Centro de Distribuição. Investimos em sistemas de produção modernos para continuar assegurando a reconhecida qualidade dos nossos produtos, bem como melhorar o desempenho e eficiência dos nossos processos produtivos e suportar o aumento da capacidade produtiva de massas e biscoitos.

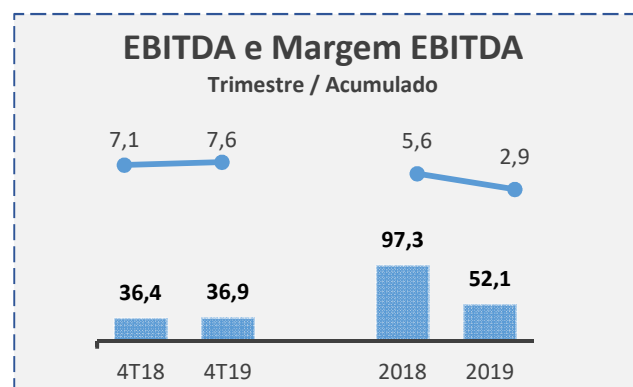
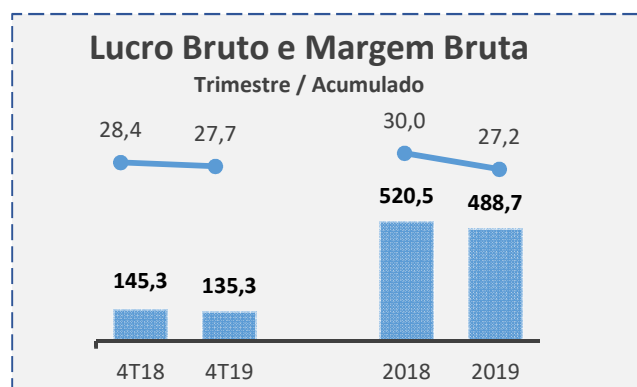
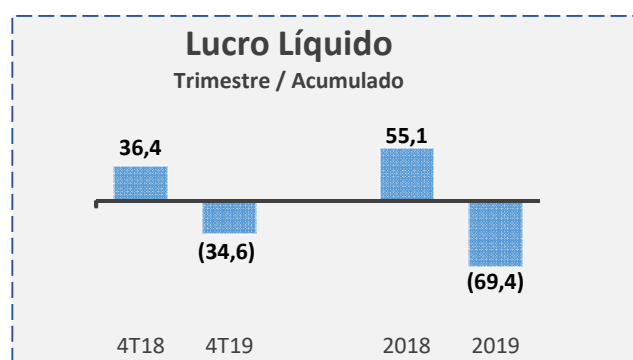
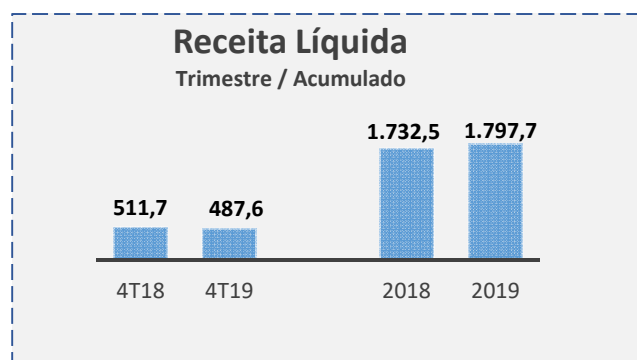
Com o objetivo de ampliar a visibilidade e fortalecer nossas principais marcas, investimos em mídia com campanhas nacionais televisivas, com destaque para a farinha Dona Benta nos Programas Masterchef Brasil, Ana Maria Braga e na novela “A Dona do Pedaço”.

O ano de 2019 foi marcado pela celebração, com carinho, dos 100 anos de nosso patriarca e fundador José Dias de Macêdo (1919-2018), um cearense visionário e obstinado pela arte de empreender, que visava sobretudo atender as expectativas de consumo das pessoas e a promover o desenvolvimento econômico e social da sociedade e do país. Entendemos que o ano de 2020 exigirá cautela e austeridade. Baseados num planejamento criterioso e em uma execução precisa, pretendemos entregar aos nossos acionistas o desempenho financeiro desejado. Estamos certos de que temos os alicerces necessários para nossa sustentação, assim como a confiança da retomada do crescimento imediato, que garantirá nosso sucesso em médio e longo prazos.

A J. Macêdo agradece a dedicação e empenho de seus profissionais, o apoio dos acionistas e investidores e a confiança de seus clientes e fornecedores. Seguiremos persistentes com foco no respeito pelas pessoas e na integridade, em todas as nossas atividades e relações, além de estarmos convictos de que estamos preparados para os desafios que estão por vir.

José Honório Gonçalves de Tófoli
Diretor Presidente

-  A receita líquida no quarto trimestre de 2019 foi de R\$ 487,6 milhões, um decréscimo de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2019 atingimos R\$ 1.797,7 milhões, apresentando um crescimento de 3,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.
-  As despesas operacionais reduziram 4,8% no quarto trimestre, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo da implementação de estratégias focadas na eficiência da Companhia para os próximos anos. No acumulado de 2019, o aumento foi de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.
-  O EBITDA do trimestre atingiu R\$ 36,9 milhões, um crescimento de 1,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado de 2019, atingimos R\$ 52,1 milhões, decréscimo de 46,5% comparado ao acumulado de 2018.



Indicadores

	4T19	4T18	Var%	2019	2018	Var%
<i>Volume de vendas (mil toneladas)</i>	221,7	245,4	(9,6)	848,9	883,9	(4,0)
Receita bruta	578,6	603,8	(4,2)	2.138,9	2.022,8	5,7
Receita líquida	487,6	511,7	(4,7)	1.797,7	1.732,5	3,8
CPV	(352,4)	(366,4)	(3,8)	(1.308,9)	(1.212,1)	8,0
Lucro bruto	135,3	145,3	(6,9)	488,7	520,5	(6,1)
Despesas com vendas	(101,2)	(96,9)	4,4	(388,6)	(352,5)	10,3
Despesas gerais e administrativas	(26,7)	(23,5)	13,7	(94,2)	(83,7)	12,7
Depreciação/amortização	(4,3)	(2,4)	77,2	(15,6)	(9,6)	62,0
Honorários da administração	(2,6)	(2,3)	9,9	(9,7)	(10,3)	(5,6)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	22,8	7,6	201,2	23,3	(1,8)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(0,1)	-	-	(0,1)	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(17,5)	(12,3)	42,5	(67,7)	(38,3)	76,5
Lucro antes do IR/CSLL	5,7	15,4	(62,7)	(63,9)	24,2	-
Imposto de renda e contribuição social	(40,3)	21,0	-	(5,6)	30,9	-
Lucro líquido	(34,6)	36,4	-	(69,4)	55,1	-
EBITDA	36,9	36,4	1,4	52,1	97,3	(46,5)
Investimentos	8,8	41,6	(78,9)	104,5	143,9	(27,4)
<i>Margem bruta</i>	27,7%	28,4%	-0,7 p.p.	27,2%	30,0%	-2,9 p.p.
<i>Despesas com vendas</i>	-20,7%	-18,9%	-1,8 p.p.	-21,6%	-20,3%	-1,3 p.p.
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	-5,7%	-4,6%	-1,1 p.p.	-5,2%	-4,8%	-0,4 p.p.
<i>Depreciação/amortização</i>	-0,9%	-0,5%	-0,4 p.p.	-0,9%	-0,6%	-0,3 p.p.
<i>Honorários da administração</i>	-0,5%	-0,5%	-	-0,5%	-0,6%	0,1 p.p.
<i>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</i>	4,7%	1,5%	3,2 p.p.	1,3%	-0,1%	1,4 p.p.
<i>Margem lucro líquido</i>	-7,1%	7,1%	-14,2 p.p.	-3,9%	3,2%	-7,0 p.p.
<i>Margem EBITDA</i>	7,6%	7,1%	0,5 p.p.	2,9%	5,6%	-2,7 p.p.

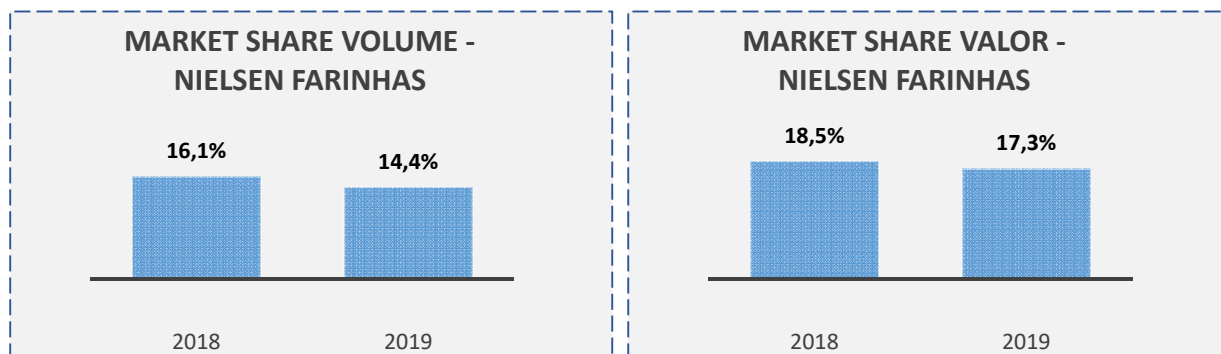
Desempenho das categorias

1) Farinhas e farelo

O volume faturado no 4T19 foi de 161,9 t, uma redução de 12,8% em comparação ao 4T18. A receita bruta dessa categoria atingiu R\$ 295,1 milhões no quarto trimestre, uma redução de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano de 2019, o volume faturado foi de 631,4 t, uma redução de 5,5% quando comparado ao ano de 2018, enquanto que a receita bruta cresceu 5,2%, atingindo os R\$ 1.134,4 milhões.

O volume total do mercado de Farinhas comercializado (out/nov 19 x out/nov 18) apresentou queda de -1%, conforme dados Nielsen. Nosso share volume nacional atingiu 14,4%, uma redução de -1,7 p.p. no mesmo período comparativo.

O mercado de Farinhas nacional em valor apresentou queda -1,1% no período (out/nov 19 x out/nov 18). Nosso share valor nacional atingiu 17,3%, uma queda de -1,2 p.p. no mesmo período comparativo.

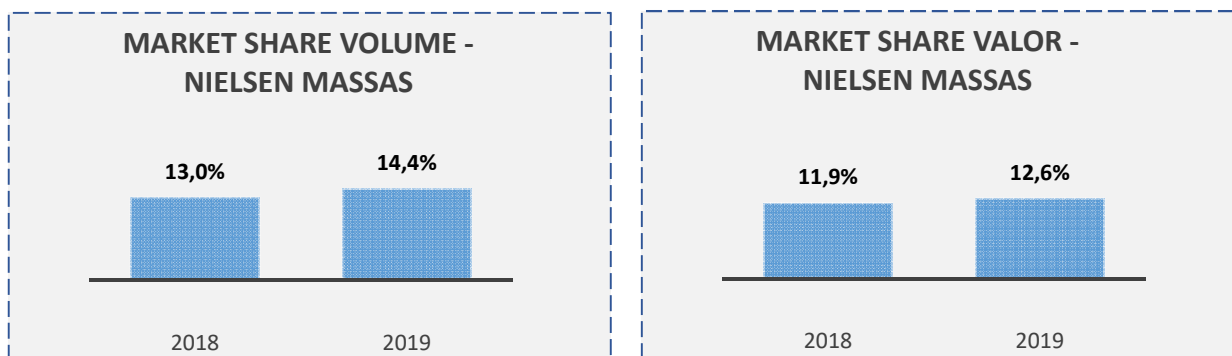


2) Massas

O volume faturado no quarto trimestre foi de 43,6 mil t, um aumento de 1,3% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto que a receita bruta da categoria atingiu R\$ 159,7 milhões, um aumento de 2,0%. No acumulado de 2019, o volume foi de 154,7 mil t, uma retração de 0,8% enquanto a receita atingiu R\$ 573,8 milhões, representando um crescimento de 7,3%, quando comparados ao ano de 2018.

O volume total do mercado de Massas comercializado (nov/ dez 19 x nov/ dez 18) apresenta crescimento de +2,5%. Nosso share volume nacional atingiu 14,4%, um crescimento de +1,4 p.p. no mesmo período comparativo.

O mercado de Massas nacional em valor teve um crescimento de 5,8% no período (nov/ dez 19 x nov/ dez 18). Nosso share valor nacional atingiu 12,6%, um crescimento de +0,7 p.p. no mesmo período comparativo.

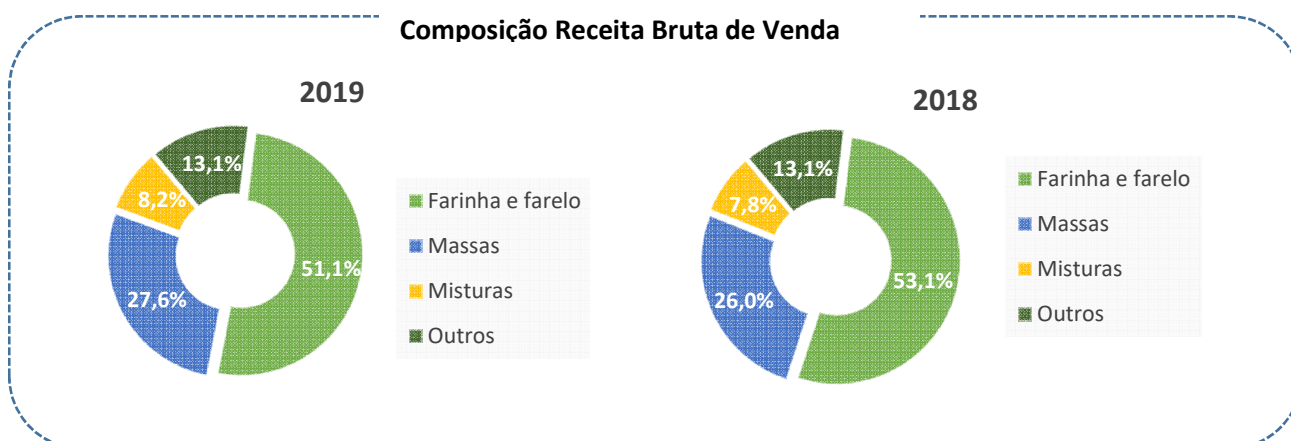


3) Outras categorias

O volume faturado para a categoria de Misturas no quarto trimestre foi de 8,3 mil t, um decréscimo de 5,1% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. A receita bruta da categoria atingiu R\$ 47,6 milhões no período, um incremento de 0,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (4T18: R\$ 47,2 milhões). No acumulado de 2019, o decréscimo no volume foi de 1,1%, enquanto a receita cresceu 2,9% atingindo os R\$ 182,2 milhões, em relação ao ano anterior.

O volume faturado do 4º trimestre de 2019 para as categorias de Biscoitos, Sobremesas, Fermentos e Bebidas foi de 7,9 mil t, um decréscimo de 0,1 mil t em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A receita bruta das categorias totalizou o montante de R\$ 75,6 milhões no 4T19, com uma representação de 13,1% na receita bruta da Companhia (4T18: 13,1%). No acumulado de 2019, o volume foi de 30,8 mil t e a receita bruta cresceu 12,0% em relação ao mesmo período de 2018 atingindo os R\$ 242,6 milhões.

Segue abaixo a composição percentual do montante da receita bruta:



Marketing

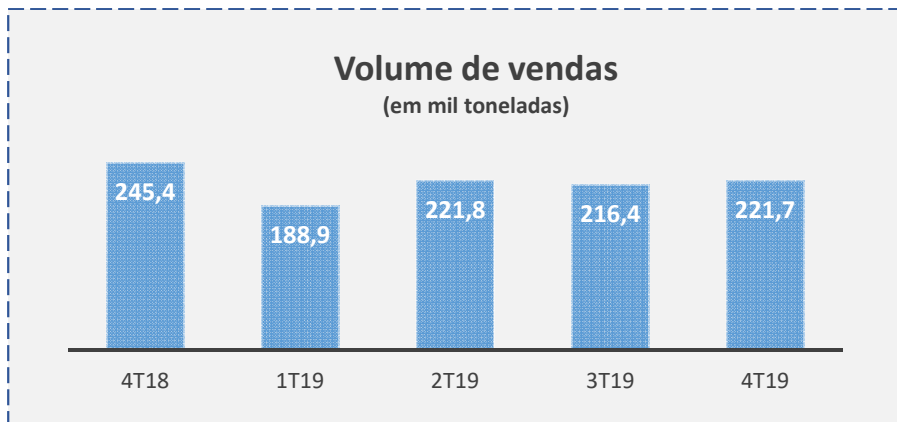
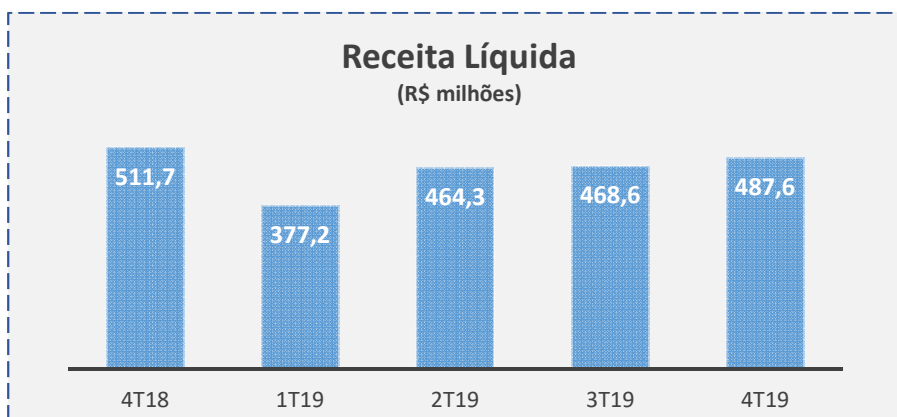
No ano de 2019 voltamos a investir em marketing televisivo e digital, auxiliando o fortalecimento das nossas marcas, principalmente Dona Benta e Petybon. Estivemos presentes em ações de merchandising na novela A Dona do Pedaco e no programa Mais Você (Ana Maria Braga) na Globo, Masterchef (Bandeirantes), além de campanhas em diversas emissoras de TV a cabo e investimentos em plataformas digitais.

Além disso, aumentamos nosso portfólio de produtos com novos sabores de misturas (marca Dona Benta), massa de lasanha tipo italiana (marca Petybon) e os novos biscoitos Mini Maria e Mini Maisena (marca Sol).

Volume / Receita líquida

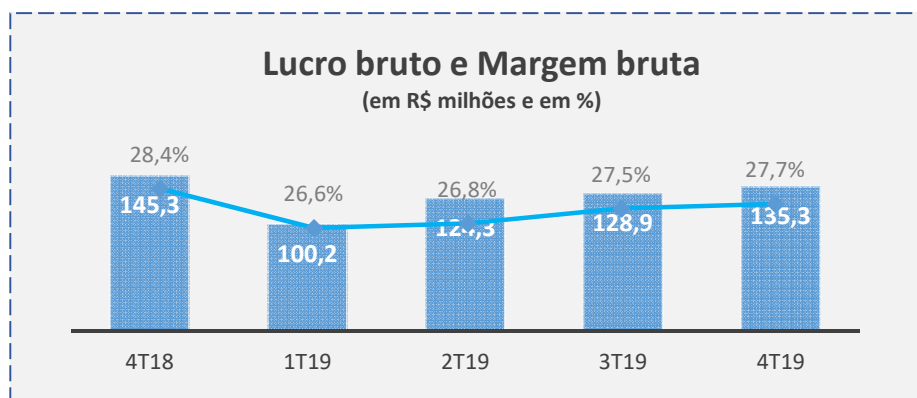
A receita líquida da Companhia no quarto trimestre de 2019 foi de R\$ 487,6 milhões sendo 4,7% menor que o mesmo período de 2018. No acumulado de 2019, atingimos R\$ 1.797,7 milhões, um avanço de 3,8% em relação ao ano de 2018.

O volume de venda líquido foi de 221,7 mil toneladas, 9,6% menor que o volume do quarto trimestre de 2018. No acumulado de 2019 o volume atingiu 848,9 mil toneladas, um decréscimo de 4,0% em comparação ao mesmo período de 2018.



Lucro bruto

O lucro bruto do 4T19 foi de R\$ 135,3 milhões, sendo 6,9% menor em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A margem bruta do 4T19 foi de 27,7%, um decréscimo de 0,7 p.p. se comparado aos 28,4% do 4T18. No acumulado de 2019, o lucro bruto atingiu os R\$ 488,7 milhões, registrando uma redução de 6,1%, e representando uma margem bruta acumulada de 27,2% em 2019.

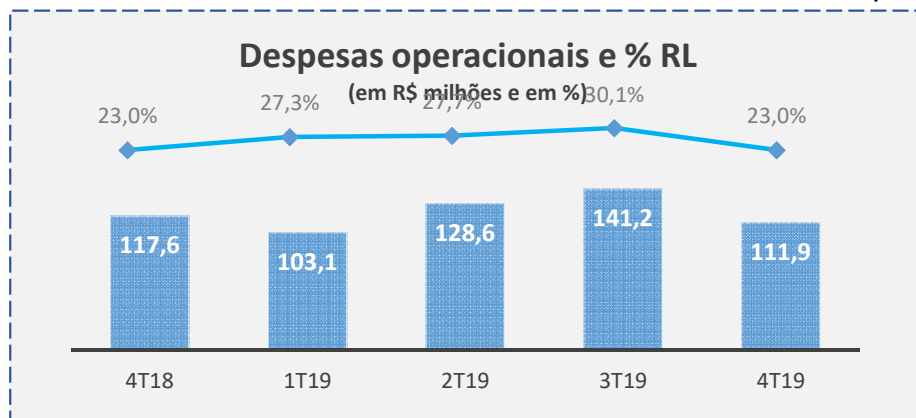


Despesas operacionais

As despesas operacionais do 4T19 somaram R\$ 111,9 milhões, uma redução de 4,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior, representando 23,0% da receita líquida. No acumulado de 2019, as despesas foram de R\$ 484,9 milhões, um acréscimo de 5,9% em relação a 2018.

As despesas com vendas no trimestre atingiram R\$ 101,2 milhões, crescimento de 4,4% comparado ao 4T18. No ano de 2019, a despesa totalizou R\$ 388,6 milhões, 10,3% de acréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior, impactada pelo aumento nos custos com frete, pelos investimentos comerciais e de marketing, bem como, na equipe comercial.

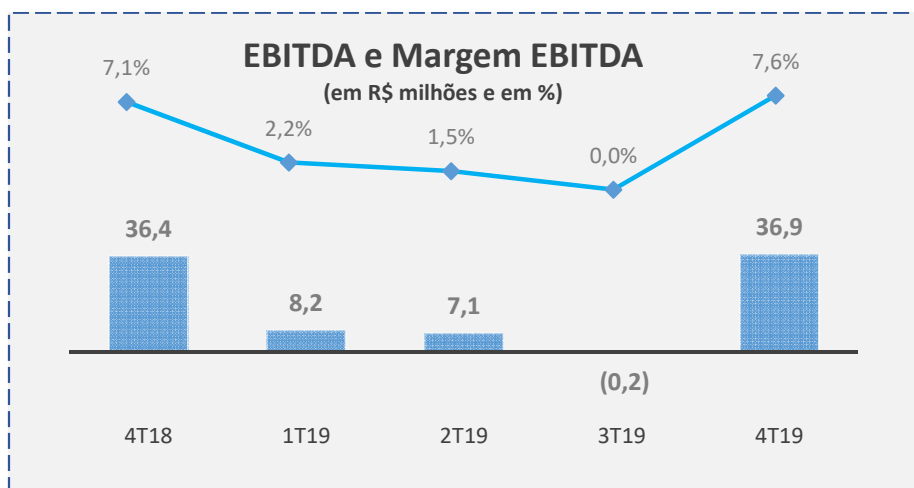
As despesas gerais e administrativas aumentaram 13,7% no 4T19, chegando a R\$ 26,7 milhões, e no acumulado do ano, o aumento foi de 12,7%, chegando a R\$ 94,2 milhões, ambos comparados ao mesmo período do ano anterior, em decorrência dos gastos com a descontinuidade da unidade de Maceió e aumento nos investimentos em pessoal.



EBITDA

A Companhia encerra o 4T19 com um EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 36,9 milhões atingindo um crescimento de 1,4% em relação ao mesmo período de 2018. No resultado acumulado do ano, atingimos um EBITDA de R\$ 52,1 milhões (2018: 97,3 milhões).

Reconciliação do EBITDA	4T19	4T18	Var%	2019	2018	Var%
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(34,6)	36,5	-	(69,4)	55,2	-
Depreciação e amortização	13,7	8,6	59,3	48,2	34,7	38,9
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	40,3	(21,0)	-	5,6	(30,9)	-
Resultado financeiro líquido	17,5	12,3	42,3	67,7	38,3	76,8
EBITDA	36,9	36,4	1,4	52,1	97,3	(46,5)



Investimentos

A Companhia imobilizou no 4T19 R\$ 8,8 milhões, uma redução de 78,9% e no acumulado de 2019 atingiu os R\$ 104,5 milhões. A redução se deve a conclusão das obras.

Resultado financeiro líquido

A Companhia registrou no 4T19 resultado financeiro líquido de R\$ 17,5 milhões negativo, um aumento de R\$ 5,2 milhões em relação ao mesmo período de 2018. O resultado no período foi impactado negativamente pelo aumento da dívida líquida de R\$ 321,9 milhões.

Com a adoção do IFRS 16, a nova regra de contabilização dos arrendamentos impactou negativamente as despesas financeiras em R\$ 1,0 milhão no 4T19. No acumulado do ano, o impacto foi de R\$ 3,4 milhões.

Resultado financeiro	4T19	4T18	Var%	2019	2018	Var%
Receitas financeiras	1,7	2,1	(16,8)	8,5	9,0	(6,1)
Despesas financeiras	(17,6)	(12,7)	38,8	(74,1)	(40,7)	82,2
Variações cambiais clientes/fornecedores	(1,4)	(1,0)	45,1	2,4	(0,9)	-
Ajuste a valor de mercado, líquido	(0,2)	(0,7)	(73,7)	(4,5)	(5,8)	(23,1)
Total	(17,5)	(12,3)	42,5	(67,7)	(38,3)	76,5

Endividamento

Dívida líquida	4T19	4T18	Var%	3T19	Var%
Curto prazo	420,5	346,3	21,4	208,1	102,1
Empréstimos e financiamentos	405,5	346,3	17,1	205,1	97,7
Debêntures	15,0	-	-	3,0	-
Longo prazo	325,2	212,6	53,0	524,4	(38,0)
Empréstimos e financiamentos	190,6	212,6	(10,3)	377,9	(49,6)
Debêntures	134,6	-	-	146,5	(8,1)
Total endividamento	745,7	558,9	33,4	732,5	1,8
(-) Caixa	(67,2)	(185,3)	(63,7)	(51,8)	29,7
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(3,0)	(20,0)	(85,0)	(3,3)	(9,1)
Dívida líquida	675,5	353,6	91,0	677,4	(0,3)

Desempenho do trigo

O desempenho das compras de trigo da Companhia é medido em relação a indicadores de mercado. Para os trigos importados a comparação é feita com os números divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Já as compras dos trigos nacionais são comparadas com o indicador divulgado pela consultoria Safras e Mercados para a praça em que os moinhos estão localizados.

Considerando estes indicadores, as importações de trigo tiveram um custo 10,7% abaixo da média de mercado no trimestre e 5,2% no acumulado do ano. Já as compras de trigo nacional ficaram 2% abaixo do indicador para o trimestre e 3% abaixo no ano.

No ano de 2019 os preços médios do trigo Argentino, principal fornecedor responsável por 83% das importações brasileiras, estiveram em média USD 10/t acima dos preços médios de 2018. Paraguai, Uruguai, Estados Unidos, Canadá e agora também a Rússia completam o abastecimento do Brasil que necessita importar entre 50-60% de seu consumo. Com uma safra menor que a esperada e a combinação de preços maiores do trigo argentino e a desvalorização do Real mantiveram os preços do trigo brasileiro, especialmente no Paraná, em média 6% acima dos preços de 2018, mesmo com a entrada da nova safra em setembro.

Com a entrada da nova safra brasileira em setembro e da argentina em dezembro, os preços do trigo importado no 4TRI foram inferiores aos preços do 3TRI, porém o reflexo nos preços do trigo nacional foi limitado pela safra menor e pela desvalorização do Real.

Auditoria independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que, desde a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") como empresa de auditoria independente, todos os requerimentos desta instrução foram atendidos.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/19. Essas demonstrações contábeis foram reapresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23/09/2021.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudança.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da
J.Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J.Macêdo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pele International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos atenção à nota explicativa 2.2 às demonstrações contábeis referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a reclassificação de saldos de determinados empréstimos e financiamentos do passivo não circulante para o circulante descrita na referida nota explicativa. Em 27 de março de 2020, emitimos relatório de auditoria com modificação sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto, contida em nosso relatório anteriormente emitido, não é mais necessária e, portanto, nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receitas de vendas

A Companhia produz e embarca diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Considerando o grande volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações contábeis, a Companhia possui controles para determinar a data de entrega dos produtos para o registro contábil das receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional. Esse julgamento profissional pode levar ao risco de reconhecimento antecipado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles chaves implementados pela Companhia sobre a determinação do momento de reconhecimento da receita; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; e (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações relacionadas, incluídas nas notas explicativas nº 3.12 e nº 23.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas de vendas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas retromencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal do negócio, cujo saldo total de provisão registrado nas demonstrações contábeis consolidadas é de aproximadamente R\$ 18 milhões.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade, o que aumenta o risco inerente de litígio. Portanto, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, e ao impacto que um resultado desfavorável em tais processos, individualmente ou em conjunto, pode ter nas demonstrações individuais e consolidadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos chave relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes.

Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados, considerando ainda a opinião dos assessores jurídicos, bem como dados e informações históricas. Adicionalmente, obtivemos cartas dos assessores jurídicos contendo avaliação das probabilidades de perdas e valores envolvidos nos respectivos processos. Para causas com valores considerados relevantes de acordo com nosso julgamento profissional, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas, a determinação do risco de perda e do valor estimado. Também analisamos as respectivas divulgações a fim de identificar se fornecem informações relevantes sobre a natureza, exposição e valores relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões e passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das probabilidades de perda associadas às provisões adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

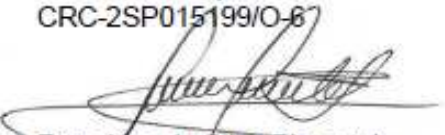
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 23 de setembro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC-1SP171230/O-7-T-PE

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Balço patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	4	61.063	35.111	67.217	119.068
Aplicações financeiras	5	-	66.271	-	66.271
Contas a receber de clientes	6	205.621	169.347	231.996	210.160
Estoques	7	118.663	194.607	114.660	165.155
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	122.569	124.727	122.571	124.781
Contas a receber de partes relacionadas	9	110.445	110.445	110.445	110.445
Instrumentos financeiros derivativos	28	8.510	28.760	8.510	28.760
Despesas antecipadas		3.663	7.675	3.714	7.724
Outros créditos		10.265	11.318	8.964	11.833
Total do ativo circulante		640.799	748.261	668.077	844.197
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	9	76.886	64.062	76.886	68.158
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	67.880	46.857	67.880	46.857
Outros créditos		9.368	8.330	9.372	8.335
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	1.811	-	1.811
Investimentos	11	17.223	16.906	3.914	64
Propriedades para investimentos	12	52.092	-	52.092	-
Imobilizado	13	818.552	715.719	820.972	716.682
Intangível	14	5.670	6.014	12.069	12.413
Total do ativo não circulante		1.047.671	859.699	1.043.185	854.320
Total do ativo		1.688.470	1.607.960	1.711.262	1.698.517
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	189.516	310.343	235.859	420.970
Empréstimos e financiamentos	17	416.614	347.466	415.426	346.278
Com terceiros		405.487	346.278	405.487	346.278
Com partes relacionadas	9	11.127	1.188	9.939	-
Obrigações sociais e trabalhistas		23.052	21.043	23.207	21.291
Tributos a recolher	16	7.443	7.475	7.545	7.563
Debêntures	18	14.970	-	14.970	-
Financiamento de tributos		3.127	147	3.127	147
Arrendamentos mercantis	19	13.579	1.239	13.579	1.239
Dividendos a pagar		-	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	28	5.508	8.892	5.508	8.892
Outras contas a pagar		50.808	42.439	51.185	38.731
Total do passivo circulante		724.617	739.055	770.406	845.122
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos		213.550	228.140	190.553	212.630
Com terceiros	17	190.553	212.630	190.553	212.630
Com partes relacionadas	9	22.997	15.510	-	-
Debêntures	18	134.604	-	134.604	-
Financiamento de tributos		4.130	656	4.130	656
Arrendamentos mercantis	19	34.521	673	34.521	673
Dividendos a pagar	22	61.932	-	61.932	-
Provisão para contingências	20	16.349	12.010	16.349	12.010
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	25	17.727	-	17.727	-
Outras contas a pagar		4.081	4.087	4.081	4.087
Total do passivo não circulante		486.894	245.566	463.897	230.056
Patrimônio líquido	22				
Capital social	22.a	132.042	198.603	132.042	198.603
Reserva de lucros	22.b e 22.d	339.841	408.989	339.841	408.989
Outros resultados abrangentes	22.c e 22.e	5.076	15.747	5.076	15.747
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		476.959	623.339	476.959	623.339
Total do patrimônio líquido		476.959	623.339	476.959	623.339
Total do passivo e patrimônio líquido		1.688.470	1.607.960	1.711.262	1.698.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	23	1.792.681	1.718.107	1.797.647	1.732.496
Custo das vendas	24	(1.303.709)	(1.199.410)	(1.308.895)	(1.212.065)
Lucro bruto		488.972	518.697	488.752	520.431
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	(388.630)	(352.470)	(388.630)	(352.470)
Despesas gerais e administrativas	24	(93.358)	(82.940)	(94.222)	(83.675)
Honorários da administração	9 e 24	(9.689)	(10.301)	(9.689)	(10.301)
Depreciação e amortização	24	(15.553)	(9.612)	(15.553)	(9.612)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(3.892)	(2.996)	(141)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	22.845	(1.799)	23.303	(1.796)
		(488.277)	(460.118)	(484.932)	(457.854)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		695	58.579	3.820	62.577
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	50.063	92.326	50.168	92.490
Despesas financeiras	27	(114.745)	(126.661)	(117.870)	(130.797)
		(64.682)	(34.335)	(67.702)	(38.307)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(63.987)	24.244	(63.882)	24.270
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10	1.180	120	1.075	94
Diferido	10	(6.636)	30.804	(6.636)	30.804
		(5.456)	30.924	(5.561)	30.898
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(69.443)	55.168	(69.443)	55.168
Lucro líquido (prejuízo) por ação: básico e diluído - R\$	22	(3,58549)	2,52691		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(69.443)	55.168
Itens que poderão ser classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	219	1.498
Benefícios pós-emprego	(10.595)	-
Resultado abrangente total	(79.819)	56.666
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	(79.819)	56.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		Total
				Ajuste de avaliação patrimonial	Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	198.603	344.937	-	23.133	-	566.673
Outros resultados abrangentes:						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11)	-	-	-	1.498	-	1.498
Mutações internas do patrimônio líquido:						
Realização do custo atribuído	-	-	8.884	(8.884)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	55.168	-	-	55.168
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 21.d)	-	2.758	(2.758)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Notas 20 e 21.b)	-	61.294	(61.294)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	198.603	408.989	-	15.747	-	623.339
Redução de capital social:						
Decorrente de acervo líquido incorporado (Nota 22.a)	(66.561)	-	-	-	-	(66.561)
Outros resultados abrangentes:						
Remensuração de plano de benefício definido (Nota 22.c)	-	-	-	-	(10.595)	(10.595)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11)	-	-	-	219	-	219
Realização do custo atribuído	-	-	295	(295)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(69.443)	-	-	(69.443)
Absorção de prejuízo (Nota 21)	-	(69.148)	69.148	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132.042	339.841	-	15.671	(10.595)	476.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(63.987)	24.244	(63.882)	24.270
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do exercício:				
Depreciação e amortização	47.878	34.523	48.223	34.717
Resultado de equivalência patrimonial	3.892	2.996	141	-
Valor residual de ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento baixados	11.755	111.642	11.755	111.690
Provisão para redução ao valor recuperável	192	(689)	192	(689)
Provisão para contingências	5.918	687	5.918	687
Provisão para perdas em estoque	330	279	330	279
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	40.075	33.904	36.828	35.402
Propriedades para investimento	(6.024)	-	(6.024)	-
Ganho na remensuração do valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	(45.876)	(22.092)	(45.876)	(22.092)
Créditos extemporâneos de ICMS, PIS e Cofins	(22.978)	(17.468)	(22.978)	(17.468)
Variações em benefícios pós-emprego	7.132	-	7.132	-
Varição de ativos e passivos (Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	(36.466)	(27.935)	(22.028)	(47.511)
Estoques	75.614	11.115	50.165	(54.832)
Impostos e contribuições sociais a compensar	17.207	(23.145)	17.259	(23.153)
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	(22.131)	(27.814)	(18.035)	(28.488)
Contas a receber de partes relacionadas	-	(110.445)	-	(110.445)
Outros créditos	5.037	(5.930)	4.993	(6.355)
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	(120.827)	100.106	(185.111)	184.071
Tributos a recolher	(5.598)	(4.339)	(6.321)	(4.347)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.009	3.618	1.916	3.660
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	9.802	-	5.780	-
Provisão para contingências	(4.049)	(4.526)	(4.049)	(4.526)
Outras contas a pagar	14.440	11.512	19.157	5.722
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(86.655)	90.243	(164.515)	80.592
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicação de recursos no intangível	(2.970)	(1.735)	(2.970)	(1.735)
Aplicação de recursos no imobilizado	(74.385)	(123.985)	(76.044)	(124.160)
Arrendamento mercantil	(13.769)	-	(13.769)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.716)	-	-	-
Aplicação financeira	-	(74.909)	-	(74.909)
Resgate de aplicação financeira	66.271	10.064	66.271	10.064
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26.569)	(190.565)	(26.512)	(190.740)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	491.009	142.823	491.009	142.823
Captação de debêntures	147.533	-	147.533	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(457.242)	(187.047)	(457.242)	(187.047)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(51.771)	(31.641)	(51.771)	(31.641)
Amortização de principal de debêntures	-	(28.600)	-	(28.600)
Amortização de juros de debêntures	(7.263)	(1.723)	(7.263)	(1.723)
Captação de instrumentos financeiros derivativos	16.674	510	16.674	510
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	138.940	(105.678)	138.940	(105.678)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	25.716	(206.000)	(52.087)	(215.826)
Diferença cambial líquida	236	12.250	236	12.250
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35.111	228.861	119.068	322.644
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	61.063	35.111	67.217	119.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas	2.025.656	1.899.698	2.031.900	1.914.996
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.133.096	2.007.508	2.138.867	2.022.801
(-) Abatimentos e descontos	(151.348)	(112.899)	(151.348)	(112.899)
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(192)	689	(192)	689
Outras receitas	44.100	4.400	44.573	4.405
Insumos adquiridos de terceiros	(1.528.902)	(1.406.608)	(1.534.507)	(1.419.644)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.272.173)	(1.175.984)	(1.277.156)	(1.188.484)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(232.913)	(228.086)	(233.415)	(228.498)
Recuperação de valores ativos	19.601	13.108	19.601	13.108
Outras despesas operacionais	(43.417)	(15.646)	(43.537)	(15.770)
Valor adicionado bruto	496.754	493.090	497.393	495.352
Depreciação, amortização e exaustão	(47.089)	(33.038)	(47.292)	(33.193)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	449.665	460.052	450.101	462.159
Valor adicionado recebido em transferências	46.171	89.330	50.027	92.490
Resultado de equivalência patrimonial	(3.892)	(2.996)	(141)	-
Receitas financeiras	50.063	92.326	50.168	92.490
Valor adicionado total a distribuir	495.836	549.382	500.128	554.649
Distribuição do valor adicionado	495.836	549.382	500.128	554.649
Pessoal	211.552	181.473	211.714	181.641
Remuneração direta	128.911	105.472	129.019	105.576
Honorários	9.689	10.301	9.689	10.301
Participação nos resultados	376	4.500	376	4.500
Benefícios	54.152	45.803	54.169	45.824
FGTS	13.166	10.746	13.166	10.746
Outros gastos com pessoal	5.258	4.651	5.295	4.694
Impostos, taxas e contribuições	231.197	175.354	232.202	176.317
Federais	82.938	43.421	83.529	44.034
Estaduais	145.067	129.158	145.162	129.191
Municipais	3.192	2.775	3.511	3.092
Remuneração de capitais de terceiros	122.530	137.387	125.655	141.523
Despesas financeiras	114.745	126.661	117.870	130.797
Aluguéis	7.785	10.726	7.785	10.726
Remuneração de capitais próprios	(69.443)	55.168	(69.443)	55.168
Lucros retidos no exercício	(69.443)	55.168	(69.443)	55.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia e controladas

a) Informações sobre a Companhia

A J.Macêdo S.A. (“J.Macêdo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e na comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos, fermentos e bebidas, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia abrangem a J.Macêdo, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Companhia” ou “Grupo”).

b) Reestruturação societária

Incorporação reversa da J. Macêdo Alimentos S.A.

Em 30 de dezembro de 2019 foi aprovada pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação reversa da J.Macêdo Alimentos S.A. Esta incorporação resultou na redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 66.561. A demonstração do acervo líquido incorporado, avaliado por especialistas externos a valor contábil, com data base em 31 de outubro de 2019, está apresentada a seguir:

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia e controladas--Continuação

b) Reestruturação societária--Continuação

	<u>31/10/2019</u>
Ativos	
Circulante	
Caixa e equivalentes a caixa	2
Tributos a recuperar	316
Outros créditos	16
Total do ativo circulante	<u>334</u>
Não circulante	
Impostos e contribuições sociais a compensar	12.631
Outros créditos	141
Investimentos	3.990
Total do ativo não circulante	<u>16.762</u>
Total do ativo	<u>17.096</u>
Passivos	
Circulante	
Tributos a recolher	1.876
Dividendos a pagar	61.950
Outras contas a pagar	84
Total do passivo circulante	<u>63.910</u>
Não circulante	
Partes relacionadas	17.007
Outras contas a pagar	2.740
Total do passivo não circulante	<u>19.747</u>
Total do passivo	<u>83.657</u>
Acervo líquido incorporado	<u>(66.561)</u>

A J. Macêdo Alimentos S.A. era acionista controladora direta da J. Macêdo S.A. Em 30 de dezembro de 2019, previamente à consumação de sua incorporação, a J. Macêdo Alimentos S.A. aprovou dividendos a pagar através de Assembléia Geral Extraordinária, no montante de R\$ 50.053.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

A reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2019, foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 23 de setembro de 2021.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo, sendo avaliados mensal e anualmente: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma adversa.

Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

Estimativas

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, benefícios de curto prazo a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na determinação se a Companhia detém de fato controle sobre suas investidas, assim como na classificação de contratos de arrendamento.

2.2 Reapresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia está reapresentando suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019, para refletir reclassificação de saldos de determinados empréstimos e financiamentos divulgados em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A reapresentação está sendo efetuada em conformidade com a NBC TG 23 (R3) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements) e produziu os seguintes impactos em relação às demonstrações contábeis emitidas anteriormente:

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

2.2 Reapresentação das demonstrações contábeis

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Total do ativo circulante	640.799	-	640.799	668.077	-	668.077
Não circulante						
Total do ativo não circulante	1.047.671	-	1.047.671	1.043.185	-	1.043.185
Total do ativo	1.688.470	-	1.688.470	1.711.262	-	1.711.262
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	239.514	177.100	416.614	238.326	177.100	415.426
Outros passivos circulantes	308.003	-	308.003	354.980	-	354.980
Total do passivo circulante	547.517	177.100	724.617	593.306	177.100	770.406
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	390.650	(177.100)	213.550	367.653	(177.100)	190.553
Outros passivos não circulantes	273.344	-	273.344	273.344	-	273.344
Total do passivo não circulante	663.994	(177.100)	486.894	640.997	(177.100)	463.897
Patrimônio líquido						
Total do patrimônio líquido	476.959	-	476.959	476.959	-	476.959
Total do passivo e patrimônio líquido	1.688.470	-	1.688.470	1.711.262	-	1.711.262

Exceto pelas alterações no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a reclassificação demonstrada anteriormente não impactou as demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, nas demonstrações dos fluxos de caixa e nem na demonstração do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data.

Em 2019, a Companhia e suas controladas reclassificaram custos e despesas de depreciação, nos montantes de R\$ 789 e R\$ 931 (R\$ 1.485 e R\$ 1.524 em 2018), na controladora e consolidado, respectivamente, anteriormente classificadas como outros custos. Essa alteração não teve impacto no fluxo de caixa operacional da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, a Nota 3.16 foi atualizada com as normas e interpretações de normas não vigentes e foi incluída a Nota 30, com descrição de eventos subsequentes.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia, de sua controlada e da operação em conjunto em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentadas a seguir:

Razão social	País sede	% Participação societária	
		2019	2018
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
(b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

(a) Cipolin (sociedade de capital fechado) – Controlada integral da J.Macêdo S.A., foi constituída em 1985, sob a razão social de "Cipolin S.A.". A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo para a J.Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

(b) Tergran (sociedade de capital fechado) – Refere-se a operação controlada em conjunto com as companhias Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, com personalidade jurídica própria, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e a armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

Por ocasião da incorporação da J. Macêdo Alimentos S.A., conforme Nota 1.b, a Companhia passou a deter o percentual de participação de 16,94% na CEMEC - Construções Eletromecânicas S.A. ("CEMEC"). A CEMEC operava como atividade principal a fabricação de transformadores de distribuição, força e subestação compacta. Em março de 2012 paralisou suas operações.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

Base de consolidação--Continuação

Transações eliminadas na consolidação

Saldo, transações e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1 Controlada e operação controlada em conjunto

As demonstrações contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Controlada e operação controlada em conjunto--Continuação

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos de sua controlada, coligada e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos proporcionalmente à participação na entidade.

3.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação, ou seja, na data em que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou do estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O tributo diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do tributo diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do período de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção de que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O tributo diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3 Tributos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.4 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na Nota 21.

3.5 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6 Imobilizado--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.7 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7 Propriedades para investimento--Continuação

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações contábeis. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem geradas.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Ativos financeiros

Em cada data de apresentação das demonstrações contábeis, é analisado se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, estima-se o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros-- Continuação

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, entre outras.

É considerada evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, utiliza-se tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e tributos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros-- Continuação

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente ao fim do exercício social em relação à perda por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.10 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações contábeis, líquida de qualquer reembolso.

3.11 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o direito relacionado seja concedido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios pós-emprego

Obrigações de benefícios pós-emprego são mensuradas com base em laudo atuarial emitido por especialista ao final do exercício.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de benefício definido, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As transações de receita são avaliadas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e os benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas com instrumentos financeiros derivativos e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade para o qual haja informação financeira individualizada disponível, sendo avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações dessa entidade na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: farinha e farelo de trigo, mistura para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos, fermentos e bebidas. A produção e a comercialização dos produtos alimentícios não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Considerando que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento objeto de reporte.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada foi elaborada nos termos CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.15 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

Durante o exercício corrente, a Companhia adotou o seguinte pronunciamento contábil, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) Adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

O Grupo adotou o método da aplicação retrospectiva modificada, conforme o item C8, letra “b”, item “ii” do CPC 06 (R2), no qual a contabilização se dará pelos pagamentos mínimos futuros do arrendamento a valor presente em 1º de janeiro de 2019, sem efeito retrospectivo no patrimônio líquido.

A Administração optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de curto prazo (até doze meses), desde que não apresentem opção de compra, e para ativos subjacentes de baixo valor.

Os efeitos da adoção desse pronunciamento estão demonstrados na Nota 19.

b) Adoção ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

O ICPC 22, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia efetuou suas análises a respeito da adoção inicial e concluiu que não há impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

c) Outros pronunciamentos

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.16 Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

As normas, revisões e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão apresentadas a seguir:

Normas	Natureza da mudança	Vigência
IAS 1 /CPC 26 e IAS 8/ CPC 23 – Definição de material	Modifica à definição de "material", esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas.	01/01/2020
CPC 00 – Estrutura conceitual para relatórios financeiros	Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) que introduz alterações em várias normas e interpretações, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativos/passivos e de gastos/rendimentos, além de conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.	01/01/2020
IFRS 3 / CPC 15 – Definição de negócio	Esta alteração constitui uma revisão da definição de "negócio" para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais.	01/01/2020
Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14	Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas.	01/01/2020
Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15	Alterações dos pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", quanto à contabilização de Hedge.	01/01/2020
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	01/01/2020
IFRS 17 /CPC 50 – Contratos de seguro	A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC11 – Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.	01/01/2021
Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Altera os parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023

A Companhia planeja adotar as novas normas na data efetiva e de acordo com avaliação prévia da Administração da Companhia não trarão impacto relevante em suas demonstrações contábeis. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bancos conta movimento	10.245	32.503	16.340	116.421
Equivalentes de caixa	50.818	2.608	50.877	2.647
	61.063	35.111	67.217	119.068

Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 82,52% (31 de dezembro de 2018: 92,90%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão destinados à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A Companhia mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	-	66.271	-	66.271
	-	66.271	-	66.271

As aplicações financeiras se referiam a CDBs pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 92,90% do CDI, em 31 de dezembro de 2018.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cientes no país	215.494	177.618	241.869	218.431
Desconto de verbas contratuais	(9.522)	(8.112)	(9.522)	(8.112)
Provisão para redução ao valor recuperável	(351)	(159)	(351)	(159)
	205.621	169.347	231.996	210.160

Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes possui a seguinte apresentação:

Prazo	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valores a vencer:	165.097	145.457	191.472	186.270
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	20.592	19.058	20.592	19.058
de 31 a 60 dias	4.408	6.194	4.408	6.194
de 61 a 90 dias	3.958	3.710	3.958	3.710
de 91 a 180 dias	8.400	1.879	8.400	1.879
Acima de 181 dias	13.039	1.320	13.039	1.320
	215.494	177.618	241.869	218.431

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está assim representada:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	(159)	(848)
Provisões (reversões)	(192)	689
Saldo final	(351)	(159)

Na Nota 28c, está demonstrado o montante de contas a receber por tipo e por dependência de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	40.299	56.851	40.299	56.851
Matérias-primas	28.513	64.230	28.513	64.230
Materiais de produção	24.542	21.240	24.542	21.240
Materiais de manutenção e outros	12.553	9.868	12.576	9.891
Produtos em processo	7.807	5.648	7.807	5.648
Importações de matéria prima em andamento (a)	4.949	36.770	923	7.295
	118.663	194.607	114.660	165.155

(a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de adiantamentos com a controlada Cipolin é de R\$ 4.026 (31 de dezembro de 2018: R\$ 29.475).

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias-primas e materiais de manutenção. A movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, segue assim representada:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	(3.088)	(2.809)
Reversões (provisões)	(330)	(279)
Saldo final	(3.418)	(3.088)

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	14.430	4.920	19.350	21.681	5.853	27.534
ICMS a apropriar (b)	24.966	-	24.966	19.028	64	19.092
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	3.182	9.370	12.552	3.380	13.148	16.528
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.280	-	7.280	4.355	-	4.355
PIS a recuperar (c)	10.323	5.646	15.969	13.467	5.006	18.473
COFINS a recuperar (c)	55.149	47.914	103.063	59.030	22.702	81.732
Outros impostos e contribuições	7.239	30	7.269	3.786	84	3.870
	122.569	67.880	190.449	124.727	46.857	171.584

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar--Continuação

	Consolidado					
	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	14.430	4.920	19.350	21.681	5.853	27.534
ICMS a apropriar (b)	24.966	-	24.966	19.028	64	19.092
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	3.182	9.370	12.552	3.380	13.148	16.528
Imposto de renda a recuperar	7.280	-	7.280	4.355	-	4.355
PIS a recuperar (c)	10.323	5.646	15.969	13.467	5.006	18.473
COFINS a recuperar (c)	55.149	47.914	103.063	59.030	22.702	81.732
Outros impostos e contribuições	7.241	30	7.271	3.840	84	3.924
	122.571	67.880	190.451	124.781	46.857	171.638

Os impostos e as contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 53/17, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária e aos saldos credores de ICMS oriundos das operações da Companhia.
- Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS Substituição Tributária, bem como de incentivos e benefícios de ICMS, que serão apropriados no momento da venda.
- Trata-se de saldos credores das operações correntes do período, em razão da diferença positiva entre débitos e créditos das contribuições, bem como créditos apurados de forma extemporânea, referentes a despesas geradoras de crédito diversas, não reconhecidas nas competências anteriores.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos tributos a recuperar está acrescido de R\$ 13.094 decorrente da incorporação da J. Macêdo Alimentos S.A., dos quais R\$ 12.726 no não circulante se trata de processo transitado em julgado em favor da Companhia referente a PIS e Cofins recolhidos a maior nos períodos de 1999 e 2000.

Processo referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

A Companhia possui uma Ação Rescisória, decorrente de um Mandado de Segurança impetrado em 2007 que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins por força das Leis nºs. 9.718/1998, 10.627/2002 e 10.833/2003, a qual aguarda decisão do STJ. A Companhia reconhecerá estes créditos de abrangência dos eventos passados de PIS/Cofins originários da reinterpretação da constitucionalidade destas leis após o trânsito em julgado que lhe for favorável neste processo.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo efetuadas em bases usuais de mercado.

Empresa líder do conglomerado

A J.Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações, que por sua vez é uma subsidiária da MAC-DO Administração e Participações S.A..

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A..
- BDM Participações Ltda..

Operação controlada em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na Nota 3.

Empresas controladas e coligadas

Cipolin S.A. e Cemec Construções Eletromecânicas S.A., conforme detalhado na Nota 3.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há provisão para perda ao valor recuperável registrada, pela ausência de títulos em atraso ou com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Segue quadro das operações entre as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Companhias - Tipo de operação				
Ativo circulante				
Contas a receber (Nota 12)				
J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações	110.445	95.797	110.445	95.797
J.Macêdo Alimentos S.A	-	14.648	-	14.648
Adiantamento a fornecedores (Nota 7)				
Cipolin S.A. (a)	4.026	29.475	-	-
	114.471	139.920	110.445	110.445
Ativo não circulante				
Empréstimos a receber				
J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações (d)	76.886	54.547	76.886	54.547
J.Macêdo Alimentos S.A.	-	9.515	-	9.515
Cipolin S.A. (b)	-	-	-	4.096
	76.886	64.062	76.886	68.158
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota 15)				
Cipolin S.A. (c)	(31.188)	(20.582)	-	-
Outras contas a pagar				
Tergran	(1.188)	(1.188)	-	-
MAC-DO	(9.939)	-	(9.939)	-
	(42.315)	(21.770)	(9.939)	-
Passivo não circulante				
Outras contas a pagar				
Cipolin S.A. (e)	(22.997)	(15.510)	-	-
	(22.997)	(15.510)	-	-
			Controladora	
			2019	2018
Resultado				
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo			412.466	458.476
Tergran - Custos portuários			3.010	4.240
			415.476	462.716

- (a) Saldo em aberto na conta de importações de matéria prima em andamento (Estoques) da controlada Cipolin.
- (b) Saldos de empréstimos entre Cipolin e J.Macêdo Alimentos S.A.
- (c) Saldo em aberto na conta de fornecedores estrangeiros em favor da controlada Cipolin.
- (d) Saldo de mútuo com a controladora, sobre o qual incide encargos mensais mediante aplicação de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e um percentual da taxa média do CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Os contratos foram celebrados em condições específicas, contratadas entre as partes, não necessariamente realizadas em condições usuais de mercado.
- (e) Refere-se a contratos de mútuos firmados entre a Companhia e a Cipolin S.A., no montante de R\$ 4.351, atualizados monetariamente pela variação do dólar norte-americano, acrescidos de juros de 2,51% a.a. e com prazo de 5 anos com renovação em períodos consecutivos de 30 dias, além de R\$ 18.646 referente a contratos de comissões sobre compra de trigo e outras operações firmados entre a Companhia e a Cipolin.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração da companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.667 (R\$ 20.000/ano em 2019 e R\$ 13.000/ano em 2018), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 9.689 (31 de dezembro de 2018: R\$ 10.301).

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras são em sua maioria, lastreadas por aval, hipotecas, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, concernente às garantias representaram no período findo de 31 de dezembro de 2019, 75,58% (31 de dezembro de 2018: 53,34%) do saldo devedor total perante instituições financeiras.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	47.468	32.057
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para perda ao valor recuperável	119	54
Provisão para perdas com estoques	1.229	1.097
Provisão para contingências	5.559	4.083
Provisão de honorários de êxito	1.226	786
Programa de participação nos resultados	326	1.519
Provisão ILP dirigentes	68	477
Perda operação "swap"	598	2.664
Arrendamento mercantil	676	-
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	6.027	-
Outras provisões	699	1.967
Total diferido ativo	63.995	44.704
Ágio Chiarini	(2.176)	(2.176)
Ganho operação "swap"	(2.109)	(6.960)
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.377)	(7.541)
Valor justo propriedade para investimento	(15.663)	-
Juros sobre empréstimos capitalizados	(22.432)	(14.384)
Arrendamento mercantil	-	(165)
Diferença depreciação fiscal	(14.238)	(11.667)
Total diferido passivo	(63.995)	(42.893)
Total de imposto diferido líquido	-	1.811

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Corrente				
Imposto de renda	1.180	(41)	1.103	(59)
Contribuição social	-	161	(28)	153
	1.180	120	1.075	94
Diferidos				
Imposto de renda	(4.727)	22.327	(4.727)	22.327
Contribuição social	(1.909)	8.477	(1.909)	8.477
	(6.636)	30.804	(6.636)	30.804
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(5.456)	30.924	(5.561)	30.898

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	(63.987)	24.244	(63.882)	24.270
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	21.756	(8.243)	21.720	(8.252)
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(5.831)	(3.587)	(5.831)	(3.587)
Outras adições, líquidas	(64.725)	(1.402)	(64.794)	(1.402)
	(70.556)	(4.989)	(70.625)	(4.989)
Exclusões permanentes				
Ganho de incentivos fiscais	43.344	42.827	43.344	42.827
Outras exclusões, líquidas	-	1.329	-	1.312
	43.344	44.156	43.344	44.139
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(5.456)	30.924	(5.561)	30.898
Alíquota efetiva	8,53%	(127,55%)	10,00%	(127,31%)

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	10.568	10.443	3.658	-
Ágio (Nota 14)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	256	64	256	64
	17.223	16.906	3.914	64

	2019			2018	
	Tergran	Cipolin	Cemec	Tergran	Cipolin
Informações sobre as controladas:					
Quantidade de ações	2.193.000	459.773.063	4.979	2.193.000	459.773.063
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	16,94%	33,33%	100,00%
Ativo circulante	6.610	62.947	138	6.656	145.574
Ativo não circulante	7.276	22.996	26.750	2.903	22.020
Total de ativos	13.886	85.943	26.888	9.559	167.594
Passivo circulante	1.530	81.435	163	1.475	159.845
Passivo não circulante	5.148	-	5.136	-	-
Total de passivos	6.678	81.435	5.299	1.475	159.845
Patrimônio líquido	7.208	4.508	21.589	8.084	7.749
Capital social	9.204	10.576	87.272	9.204	10.576
Prejuízo do período	(875)	(3.459)	(828)	(420)	(2.856)

Movimentação dos investimentos	2019			2018	
	Tergran	Cipolin	Cemec	Total	Total
Saldo inicial	2.695	7.748	-	10.443	11.941
Adição de investimento via incorporação reversa	-	-	3.798	3.798	-
Resultado de equivalência patrimonial (a)	(292)	(3.459)	(141)	(3.892)	(2.996)
Varição cambial de investimento no exterior	-	219	-	219	1.498
Saldo final	2.403	4.508	3.657	10.568	10.443

(a) Considera apenas o resultado do período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2019 da coligada Cemec.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Propriedades para investimentos

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Propriedade para investimentos	-	108.081
Adições (a)	6.024	-
Ganho na remensuração do valor justo	46.068	2.364
Baixa por venda (b)	-	(110.445)
Saldo final	52.092	-

- (a) Refere-se à reclassificação de terrenos, edificações e instalações avaliadas a custo histórico, da unidade fabril de Maceió, desativada em 2019, para propriedade para investimentos. Estes ativos estão disponíveis para arrendamento a terceiros e/ou para valorização.
- (b) Conforme instrumentos particulares de compromisso de venda e compra de imóveis firmados em 28 de dezembro de 2018, as propriedades para investimento foram vendidas para as controladoras J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações e J. Macêdo Alimentos S.A. (e subsequentemente transferidas para a J.Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações), pelo valor justo contabilizado em 2018, totalizando R\$ 110.445, com prazo para pagamento em 27 de junho de 2020.

As propriedades para investimento estão registradas a valor justo com base em avaliação realizada por avaliadores independentes e qualificados a cada fim de exercício.

13. Imobilizado

a) Controladora

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2019			2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.043	-	26.043	26.826	-	26.826
Edificações e outros imóveis	3,2	337.045	(93.970)	243.075	273.988	(85.791)	188.197
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,8	486.782	(179.023)	307.759	312.734	(166.111)	146.623
Instalações	10,2	34.377	(20.275)	14.102	34.691	(17.620)	17.071
Móveis e utensílios	10,0	10.255	(8.006)	2.249	10.899	(8.186)	2.713
Computadores e periféricos	22,8	8.552	(6.954)	1.598	10.088	(8.080)	2.008
Veículos	16,9	591	(367)	224	908	(460)	448
Outros	18,2	7.806	(5.449)	2.357	7.801	(5.022)	2.779
		911.451	(314.044)	597.407	677.935	(291.270)	386.665
Imobilizado em andamento (a)	-	174.195	-	174.195	329.054	-	329.054
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	59.455	(12.505)	46.950	-	-	-
		1.145.101	(326.549)	818.552	1.006.989	(291.270)	715.719

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

a) Controladora--Continuação

Movimentação dos saldos

	Saldos em 2018	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2019
Terrenos	26.826	-	(783)	-	-	26.043
Edificações e outros imóveis	188.197	2.769	(6.442)	67.336	(8.785)	243.075
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	146.623	9.117	(1.481)	171.873	(18.373)	307.759
Instalações	17.071	610	(664)	-	(2.915)	14.102
Móveis e utensílios	2.713	129	(31)	(127)	(435)	2.249
Computadores e periféricos	2.008	1.451	(39)	(1.246)	(576)	1.598
Veículos	448	-	(198)	-	(26)	224
Outros	2.779	429	(1)	(61)	(789)	2.357
Imobilizado em andamento (a)	329.054	85.368	(888)	(239.339)	-	174.195
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	58.490	(1.228)	1.564	(11.876)	46.950
	715.719	158.363	(11.755)	-	(43.775)	818.552

b) Consolidado

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2019			2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.043	-	26.043	26.826	-	26.826
Edificações e outros imóveis	3,2	341.103	(96.562)	244.541	277.011	(88.269)	188.742
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,8	489.522	(181.379)	308.143	315.357	(168.413)	146.944
Instalações	10,2	35.136	(20.603)	14.533	35.066	(17.937)	17.129
Móveis e utensílios	10,0	10.331	(8.056)	2.275	10.973	(8.231)	2.742
Computadores e periféricos	22,8	8.795	(7.084)	1.711	10.208	(8.190)	2.018
Veículos	16,9	591	(367)	224	908	(460)	448
Outros	18,2	7.806	(5.449)	2.357	7.801	(5.022)	2.779
		919.327	(319.500)	599.827	684.150	(296.522)	387.628
Imobilizado em andamento (a)	-	174.195	-	174.195	329.054	-	329.054
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	59.455	(12.505)	46.950	-	-	-
		1.152.977	(332.005)	820.972	1.013.204	(296.522)	716.682

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado--Continuação

Movimentação dos saldos

	Saldos em 2018	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2019
Terrenos	26.826	-	(783)	-	-	26.043
Edificações e outros imóveis	188.742	3.803	(6.442)	67.336	(8.898)	244.541
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	146.944	9.234	(1.481)	171.873	(18.427)	308.143
Instalações	17.129	994	(664)	-	(2.926)	14.533
Móveis e utensílios	2.742	131	(31)	(127)	(440)	2.275
Computadores e periféricos	2.018	1.574	(39)	(1.246)	(596)	1.711
Veículos	448	-	(198)	-	(26)	224
Outros	2.779	429	(1)	(61)	(789)	2.357
Imobilizado em andamento (a)	329.054	85.368	(888)	(239.339)	-	174.195
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	58.490	(1.228)	1.564	(11.876)	46.950
	716.682	160.023	(11.755)	-	(43.978)	820.972

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2019 é composto por bens de obras em andamento, no montante de R\$ 163.299 (31 de dezembro de 2018: R\$ 286.626) que equivale, substancialmente, a investimentos para a modernização, aumento da capacidade produtiva e expansão da estocagem de trigo nas unidades de Simões Filho, Fortaleza e Salvador, e por adiantamentos a fornecedores, no montante de R\$ 10.896 (31 de dezembro de 2018: R\$ 42.428), referentes a aquisição de máquinas e equipamentos, cujo saldo está ligado substancialmente às operações de FINIMP's para modernização das unidades de Salvador, Simões Filho e Fortaleza.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 24.021 (31 de dezembro de 2018: R\$ 17.972). A taxa média utilizada para capitalização foi de 8,07% a.a. (31 de dezembro de 2018: 7,79% a.a.).

c) Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesa com depreciação	(43.816)	(30.344)	(44.161)	(30.538)
Despesa com depreciação do custo atribuído	(748)	(767)	(748)	(767)
Despesa com amortização (Nota 14)	(3.314)	(3.412)	(3.314)	(3.412)
Depreciação e amortização no período	(47.878)	(34.523)	(48.223)	(34.717)

d) Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

Tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 2019, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

d) Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis--Continuação

O teste de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para o exercício findo em 2019, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis considerou-se a Companhia como uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis em 2019, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos, e a partir de então, considerando-se a taxa de crescimento de longo prazo nas premissas até o final da vida útil dos respectivos ativos.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa antes dos impostos de 8,01%

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

Receitas

O volume e o preço de venda foram projetados mês a mês tomando como base o potencial de compra dos clientes de suas regiões de atuação, visando um crescimento orgânico da operação. Após a consolidação dos dados foram feitas revisões até que se obtivesse a melhor projeção possível e, conseqüentemente, a melhor previsão das vendas consolidadas.

Custo

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base no critério de absorção de custos de cada planta para cada localidade. Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido em cada unidade. Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta Administração para os centros de custos indiretos de cada localidade.

Despesas

As despesas variáveis foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta. As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta Administração para os centros de custos de cada localidade.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

e) Ativos concedidos em garantias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras e processos tributários, conforme apresentados abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Máquinas e equipamentos	273.849	132.163
Edificações	211.694	170.205
Instalações	12.260	15.296
Móveis e utensílios	1.346	1.735
Terrenos	22.243	22.297
Imobilizado em andamento	111.913	286.626
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.304	-
Veículos	-	96
Outros	1.846	2.729
	636.455	631.147

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e ao FINAME do BNDES.

14. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados	Ágio na aquisição de investimentos (a)	Softwares e sistemas informatizados	Total
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	
<u>Custo:</u>				
Em 31 de dezembro de 2018	55.345	6.399	55.345	61.744
Adições	2.970	-	2.970	2.970
Em 31 de dezembro de 2019	58.315	6.399	58.315	64.714
<u>Amortização:</u>				
Em 31 de dezembro de 2018	(49.331)	-	(49.331)	(49.331)
Amortização	(3.314)	-	(3.314)	(3.314)
Em 31 de dezembro de 2019	(52.645)	-	(52.645)	(52.645)
<u>Valor contábil líquido:</u>				
Em 31 de dezembro de 2019	5.670	6.399	5.670	12.069
Em 31 de dezembro de 2018	6.014	6.399	6.014	12.413

- (a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou o teste de valor recuperável e não identificou perda.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Fornecedores

Refere-se às contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 07 e 120 dias.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Nacionais	115.895	159.165	115.976	159.183
Estrangeiros (a)	73.621	151.178	119.883	261.787
	189.516	310.343	235.859	420.970

(a) Representado, substancialmente, por contas a pagar para compra de trigo e outras matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de contas a pagar com a controlada Cipolin foi de R\$ 31.188 (31 de dezembro de 2018: R\$ 20.582).

16. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS	5.286	4.941	5.286	4.941
INSS retido	327	735	327	735
ISS retido	478	494	481	496
Outros tributos a recolher	1.352	1.305	1.451	1.391
	7.443	7.475	7.545	7.563

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

Natureza	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Moeda nacional – R\$				(reapresentado)	
FINAME (b)	Pré-fixado	3,5% a 9,80%	3,50% a 6,00%	49.081	32.830
FINEM BNDES (b)	Pré-fixado, TJLP e moedas	3,50% à 9,68%	2,45% a 4,50%	183.771	152.891
Crédito rural	Pré-fixado	2,5% a 3,8%	1,80% a 2,50%	60.683	60.993
Capital de giro	CDI e IPCA	0,8% a 3,8%	1,10% a 3,50%	252.938	167.652
Antecipação de recebíveis (d)	Pré-fixado	1,0% a 1,10%	1,0% a 1,10%	19.375	9.571
Moeda estrangeira – US\$					
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	5,12%	4,12% a 5,12%	16.557	110.615
Imobilizado (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	0,65% a 5,7%	5,29% a 5,40%	13.635	24.356
				596.040	558.908
Circulante				(405.487)	(346.278)
Não circulante				190.553	212.630

- (a) Garantido, parcialmente, com títulos em cobrança e notas promissórias.
- (b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (c) Operações com “swap” para CDI conforme Nota 28c.
- (d) Operações de desconto de duplicatas.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)--Continuação

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
	(reapresentado)	
2020	-	81.585
2021	82.542	58.337
2022	94.857	72.708
2023	8.729	-
A partir de 2024	4.425	-
	190.553	212.630

Movimentação dos saldos

Descrição	Saldos em 2018	Adições			Amortizações			Saldos em 2019 (reapresentado)
		Principal	Juros	Variação cambial	Principal	Encargos	Transf.	
Finame	44.068	4.836	16.404	-	(44.515)	(12.829)	187.575	195.539
Finimp	24.356	53.854	3.777	3.319	(67.017)	(4.654)	-	13.635
Swap	94.777	-	1.946	3.488	(93.680)	(3.307)	13.333	16.557
Capital de giro	112.513	49.658	21.727	-	(103.444)	(23.622)	72.866	129.698
Crédito rural	60.993	-	5.520	-	(1.000)	(5.830)	(29.000)	30.683
Antecipação de recebíveis	9.571	157.390	1.529	-	(147.586)	(1.529)	-	19.375
Total circulante	346.278	265.738	50.903	6.807	(457.242)	(51.771)	244.774	405.487
Finame	141.653	83.871	(636)	-	-	-	(187.575)	37.313
Swap	15.838	-	-	(2.505)	-	-	(13.333)	-
Capital de giro	55.139	140.400	567	-	-	-	(72.866)	123.240
Crédito rural	-	1.000	-	-	-	-	29.000	30.000
Total não circulante	212.630	225.271	(69)	(2.505)	-	-	(244.774)	190.553
Total	558.908	491.009	50.834	4.302	(457.242)	(51.771)	-	596.040

Devido aos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, a Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2019, e à demonstração do resultado do exercício findo naquela data, os quais não foram atingidos. Em 31 de dezembro de 2019, a parcela da dívida referente a esses contratos totalizava R\$ 177.100 e foi reclassificada para o passivo circulante.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)--Continuação

Os juros efetivamente pagos durante o exercício corrente estão sendo apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, na atividade de financiamento.

Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa do período. Essas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Finimp em aberto é de R\$ 13.635 (31 de dezembro de 2018: R\$ 24.356).

18. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 4 de dezembro de 2018, foram emitidas debêntures (3ª emissão) sob forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, cujo recebimento efetivo foi realizado em janeiro de 2019. O saldo do valor nominal unitário será amortizado em 7 parcelas semestrais e iguais, sendo a primeira no final do 24º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (04 de dezembro de 2023).

Em 14 de agosto de 2019, ocorreu a 4ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária. As debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura da Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário da 4ª emissão de debêntures simples será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento (11 de agosto de 2022).

	Controladora e Consolidado
	2019
Circulante	
Principal	12.929
Encargos	2.041
Não circulante	
Principal	134.604
	149.574

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Debêntures (controladora e consolidado)--Continuação

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado 2019
2020	-
2021	25.857
2022	82.890
2023	25.857
	<u>134.604</u>

Características das ofertas

Debêntures	3ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	181
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	04/12/2023
Debêntures	4ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	150
Remuneração	Taxa DI + 2,0 % a.a.
Vencimento	11/08/2022

A Companhia está obrigada, devido à terceira e quarta emissão de debêntures, a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2019, e à demonstração do resultado do período findo naquela data, para os quais a Companhia obteve carta de *walver*, em decorrência do seu não atingimento.

19. Arrendamentos mercantis

Em virtude da aplicação do IFRS16 a partir de 1º de janeiro de 2019, que trouxe um único modelo de arrendamento mercantil baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, a Companhia reconheceu em seu balanço patrimonial as operações que antes eram classificadas como arrendamento operacional, cujo efeito será de aumento do ativo não circulante (pelo reconhecimento do direito de uso do ativo arrendado, conforme Nota 13) e incremento do passivo circulante e não circulante.

A Companhia reconheceu o passivo de arrendamento na data da adoção inicial mensurando-o ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos equivalente a 8,69%.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019, referiam-se aos arrendamentos mercantis financeiros já existentes antes da vigência do IFRS16.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Arrendamentos mercantis--Continuação

A aplicação do IFRS 16 gerou os seguintes efeitos ate 31 de dezembro de 2019:

a) Composição do ativo de direito de uso

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-
Adições	42.702	15.788	1.565	60.055
Baixas	-	(1.228)	-	(1.228)
Depreciação	(7.513)	(3.540)	(824)	(11.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	35.189	11.020	741	46.950

b) Composição do passivo de arrendamento

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	-	-	1.912	1.912
Adições	42.703	15.854	-	58.557
Baixas	-	(1.310)	-	(1.310)
Juros incorridos	2.436	604	346	3.386
Pagamentos	(8.946)	(3.914)	(1.585)	(14.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.193	11.234	673	48.100
Circulante	8.641	4.621	317	13.579
Não circulante	27.552	6.613	356	34.521

c) Cronograma do passivo de arrendamento

	<u>2019</u>
Vencimentos das prestações	
2020	17.152
2021	16.063
2022	12.425
2023	7.887
2024	2.457
Valores não descontados	55.984
Juros embutidos	(7.884)
Saldo do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	48.100

d) Créditos de PIS e Cofins potencial

Os pagamentos das contraprestações efetuados pela Companhia geram o direito de se creditar de PIS e COFINS. Nesse sentido, o custo do direito de uso reconhecido em contrapartida ao passivo de arrendamento, devidamente ajustado a valor presente, embute um potencial direito de crédito tributário futuro, a ser apropriado ao resultado do período mediante a depreciação dos bens arrendados pelo prazo do contrato de arrendamento.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Arrendamentos mercantis--Continuação

d) Créditos de PIS e Cofins potencial--Continuação

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme períodos previstos para pagamento.

<u>Fluxos de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	55.984	48.100
PIS/Cofins potencial (9,25%)	5.179	4.449

e) "Misleading" provocado pela plena aplicação do CPC06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2), são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	<u>Fluxo real</u>		<u>Fluxo inflacionado</u>	
	<u>01/01/2019</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Arrendamentos mercantis	28.260	48.101	30.672	49.592
	<u>28.260</u>	<u>48.101</u>	<u>30.672</u>	<u>49.592</u>

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

20. Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Provisão para contingências--Continuação

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.825	5.538	3.384	11.747
Provisões	140	2.192	152	2.484
Encargos financeiros	134	709	123	966
Reversão de provisões	(31)	(1.707)	(59)	(1.797)
Outras reclassificações	-	3.136	-	3.136
Pagamentos	(109)	(3.405)	(1.012)	(4.526)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.959	6.463	2.588	12.010
Provisões	9.809	2.848	235	12.892
Encargos financeiros	88	562	59	709
Reversão de provisões	(5.344)	126	5	(5.213)
Pagamentos	(1.213)	(1.896)	(940)	(4.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.299	8.103	1.947	16.349

O total de pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 4.049 (31 de dezembro de 2018: R\$ 4.526), sendo R\$ 1.896 (31 de dezembro de 2018: R\$ 3.405) referente a contingências trabalhistas, R\$ 940 (31 de dezembro de 2018: R\$ 1.012) referente a contingências cíveis e administrativas e R\$ 1.213 (31 de dezembro de 2018: R\$ 109) referente a contingências tributárias.

a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária, administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 491.513 (31 de dezembro de 2018: R\$ 339.863), constituídas por R\$ 251.849 (31 de dezembro de 2018: R\$ 166.361) para tributos federais; R\$ 238.542 (31 de dezembro de 2018: R\$ 172.274) para tributos estaduais e R\$ 1.122 (31 de dezembro de 2018: R\$ 1.228) para tributos municipais.

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional, bem como discussões acerca de eventuais verbas rescisórias.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Provisão para contingências--Continuação

b) Trabalhistas--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, existiam diversas ações judiciais e administrativas trabalhistas em andamento, cujo valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 104.653 (31 de dezembro de 2018: R\$ 108.852).

Os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais totalizavam o montante de R\$ 5.813 em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018: R\$ 5.512). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 54.303 (31 de dezembro de 2018: R\$ 40.982).

A maior parte das ações nas quais o Grupo figura como réu refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A J.Macêdo S.A. é parte ativa em alguns processos de ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos, dentre outros, que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos futuros para a entidade, cujo montante em andamento é de R\$ 5.118 (31 de dezembro de 2018: R\$ 4.946).

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Tributária	263.678	245.545
Trabalhista	25.346	35.733
Cível	37.655	10.578
	326.679	291.856

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível e valor superior a R\$ 10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

- I. Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 30.276, lavrado contra a Companhia em 25 de outubro de 2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Provisão para contingências--Continuação

Autor: Receita Federal do Brasil--Continuação

- II. Auto de infração de CSLL, no valor de R\$ 11.576, lavrado contra a Companhia em 19 de outubro de 2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.
- III. Execução Fiscal cuja cobrança (CDA's nº 30.6.05.005897-39, 30.6.05.005898-10, 30.7.05.001435-41 e 30.2.05.002785-48), no valor de R\$ 15.055, foi reativada em decorrência da exclusão da Companhia do REFIS-IV da Lei 11.941/2009, o que ocorreu em virtude da PGFN ter convertido os depósitos judiciais em desconformidade com o art. 10 da Lei 11.941/2009. A Companhia apresentou seguro garantia e Embargos à Execução Fiscal.
- IV. Ação anulatória, no valor de R\$ 12.540, objetivando a reinclusão da empresa no REFIS da Lei 12.865/13 - RFB - DEMAIS - Art. 1º, quitado com RQA. A RFB entendeu que a Companhia não poderia ter quitado as duas modalidades do parcelamento (Lei 11.941/09 e Lei 12.865/13) com um único DARF, motivo pelo qual a excluiu do parcelamento da Lei 12.865/13.
- V. Auto de Infração de IRPJ e CSLL (processo nº 10380.732850/2012-49) no valor total de R\$ 45.741, relativo aos anos calendários de 2007 e 2008. O valor de R\$ 21.343 está classificado como perda possível e se refere a exigências decorrentes do aproveitamento de prejuízos fiscais e de bases negativas de CSLL em virtude da legítima incorporação da J. Macêdo S/A pela Águia S/A. O valor de R\$ 24.398 está classificado como perda remota e se refere a exigências relativas ao PROVIN/FDI que foram canceladas pelo CARF e muito provavelmente não serão restabelecidas. Aguarda julgamento final administrativo.

Autor: Estado de São Paulo

- I. Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 27.861, lavrado contra a Companhia em 21 de novembro de 1994, referente a supostas remessas de farinha de trigo para armazém geral e importação de trigo parcialmente destinada a outros Estados. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.
- II. Execução Fiscal, no valor de R\$ 26.367, oriundo do Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 18 de outubro de 2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Após julgamento improcedente de Recurso Especial pelo TIT/SP, aguarda-se o ajuizamento da Execução Fiscal para apresentação de Embargos à execução. Ajuizada Execução Fiscal nº 1500148-30.2015.8.26.0577.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Provisão para contingências--Continuação

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

- I. Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27 de março de 2006, no valor de R\$ 30.329, por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento desse imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

- I. Auto de infração para cobrança de ICMS e multa de 100% por suposta transferência indevida de créditos, no valor de R\$ 14.021. Questiona-se o destaque de 4% ao invés de 12% de ICMS nas vendas para fora do Protocolo 46/00. Processo em 1ª Instância Administrativa.

Abaixo está detalhada causa de natureza civil, cuja expectativa de perda foi classificada como possível e valor superior a R\$ 10.000:

Autor: Ministério Público Federal

- I. Ação civil pública nº. 32041-20.2012.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela e pedido indenizatório de dano moral e material pela suposta violação ao patrimônio público federal e aos cidadãos, no valor de R\$ 24.919. Processo em 2ª Instância Judicial.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Subvenções governamentais (Controladora)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia fez jus a R\$ 127.482 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2018: R\$ 125.961).

Em relação às subvenções federais, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não apurou base para cálculo do lucro da exploração.

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

a) ADENE (âmbito federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui na redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos para: (i) industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Fortaleza e Maceió, respectivamente (desde 2018 até 2027), (ii) fabricação de massas alimentícias e misturas para bolo (desde 2018 até 2027) e (iii) industrialização de trigo e seus derivados (desde 2015 até 2024) para a unidade de Salvador e (iv) fabricação de biscoitos para a unidade de Simões Filho (desde 2017 até 2026). Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada e reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27 de setembro de 1963, Decreto nº 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE, a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular na SUDENE.

b) PROVIN (Estado do Ceará)

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Em agosto de 2016, o governo do Ceará regulamentou o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do CE (FEEF) para as empresas beneficiárias do PROVIN, no qual a Companhia estava sujeita ao pagamento durante o período de setembro de 2016 a agosto de 2018, e que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2019. O FEEF é considerado um encargo e corresponde a 9% do incentivo (2016 a 2018: 10%). Seu recolhimento ocorrerá se o valor da arrecadação do mês for inferior quando comparado ao mesmo mês do exercício anterior, limitado a 9% (2016 a 2018: 10%) do valor do incentivo.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

c) DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A Companhia é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de setembro de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009, e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J.Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

Em setembro de 2016, o governo da Bahia instituiu condição para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais, condicionando o benefício da Companhia ao pagamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP) no período de setembro de 2016 a dezembro de 2018, e que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2022. O FECEP é considerado um encargo e corresponde a 10% do valor do benefício usufruído com base no valor do desconto do ICMS obtido na data da liquidação antecipada da parcela do imposto, cujo prazo tenha sido dilatado.

d) PRODESIN (Estado de Alagoas)

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010, com prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do referido decreto, na forma prevista na Lei nº 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto nº 38.394/2000 e suas alterações.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria-prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

e) Crédito presumido (Estado da Bahia)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido de 16,67% nas saídas de mistura para bolo, pó para sobremesa e fermento nas operações interestaduais, e redução da base de cálculo de ICMS em 41,18% para os mesmos itens nas operações internas.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

f) Crédito outorgado (Estado de Goiás)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% sobre as saídas interestaduais tributadas a 12%.

g) Crédito presumido (Estado do Paraná)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido nas saídas de farinha de trigo nos seguintes casos: 10% - Saídas para MG, RJ e SP; e 5% - Saídas para PR e demais saídas interestaduais tributadas a 12%.

h) Crédito outorgado (Estado de São Paulo)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 7% nas saídas internas de farinha de trigo e massas.

i) Crédito outorgado (Estado de Pernambuco)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% nas entradas de transferência e saídas interestaduais de misturas, fermentos e sobremesas.

A seguir, o quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, que totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma reserva de R\$ 379.154, dos quais R\$ 69.148 foram utilizados na absorção de prejuízo do exercício.

	Incentivos fiscais			Reserva de incentivos fiscais		
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	Absorção de prejuízos	A constituir
De 2008 a 2013	2.175	158.381	160.556	(160.556)	-	-
2014	1.843	39.578	41.421	(41.421)	-	-
2015	128	38.583	38.711	(38.711)	-	-
2016	4.371	45.835	50.206	(50.206)	-	-
2017	-	48.123	48.123	(26.966)	-	21.157
2018	-	125.961	125.961	(61.294)	-	64.667
2019	-	127.482	127.482	-	69.148	196.630
	8.517	583.943	592.460	(379.154)	69.148	282.454

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado estava representado conforme quadro abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Capital social	132.042	198.603
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	10.674.856	11.496.411
Preferenciais classe A	8.691.558	10.334.449
Preferenciais classe B	1.296	1.337
	<u>19.367.710</u>	<u>21.832.197</u>

Em 30 de dezembro de 2019, foi aprovada pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação reversa da J.Macêdo Alimentos S.A. Esta incorporação resultou na redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 66.561, passando o capital social de R\$ 198.603 para R\$ 132.042, mediante o cancelamento de 2.464.487 ações nominativas e sem valor nominal de emissão da J. Macêdo S.A. detidas pela J. Macêdo Alimentos S.A. O novo capital social é composto por 19.367.710 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 10.674.856 ações ordinárias e 8.692.854 ações preferenciais, sendo 8.691.558 ações preferenciais classe "A" e 1.296 ações preferenciais classe "B".

O capital social autorizado da Companhia é de 200.000.000 ações, sendo 100.000.000 ordinárias e 100.000.000 preferenciais, nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais e federais

Refere-se ao incentivo fiscal federal de redução do imposto de renda e incentivo estadual de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 21.

c) Outros resultados abrangentes

- i) Ajuste de avaliação patrimonial: A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.
- ii) Outros: O saldo de R\$ 10.595 corresponde ao efeito do registro do passivo atuarial de benefícios pós-emprego (Nota 25), líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

d) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos, conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

	Controladora	
	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(69.443)	55.168
(-) Reserva legal - 5%	-	(2.758)
	(69.443)	52.410
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	295	8.884
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(69.148)	(61.294)
Base de cálculo dos dividendos	-	-

O saldo de dividendos a pagar, no montante de R\$ 61.932, classificado no passivo não circulante, é decorrente da incorporação da J. Macêdo Alimentos S.A., dos quais R\$ 11.879 são referentes a dividendos declarados pela J. Macêdo Alimentos S.A. em exercícios anteriores e R\$ 50.053 referem-se a dividendos declarados previamente à consumação da incorporação da J. Macêdo Alimentos S.A. pela Companhia. Os dividendos serão pagos a partir de junho de 2022.

e) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

23. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas	2.133.096	2.007.508	2.138.867	2.022.801
(-) Impostos	(186.930)	(173.171)	(187.735)	(174.075)
(-) Devoluções	(44.777)	(47.025)	(44.777)	(47.025)
(-) Abatimentos e outros	(108.708)	(69.205)	(108.708)	(69.205)
Receita líquida de vendas	1.792.681	1.718.107	1.797.647	1.732.496

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Custos e despesas operacionais

a) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas e embalagens	(1.014.236)	(927.663)	(1.019.219)	(940.318)
Pessoal	(246.312)	(211.195)	(246.367)	(211.360)
Serviços de terceiros e fretes	(305.856)	(351.680)	(306.144)	(352.014)
Depreciação e amortização	(47.878)	(34.523)	(48.223)	(34.717)
Outros	(196.657)	(129.672)	(197.036)	(129.714)
	(1.810.939)	(1.654.733)	(1.816.989)	(1.668.123)

b) Por função

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos dos produtos vendidos	(1.303.709)	(1.199.410)	(1.308.895)	(1.212.065)
Despesas com vendas	(388.630)	(352.470)	(388.630)	(352.470)
Despesas gerais e administrativas (a)	(118.600)	(102.853)	(119.464)	(103.588)
	(1.810.939)	(1.654.733)	(1.816.989)	(1.668.123)

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da Administração, depreciação e amortização.

25. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ordenados e salários	(84.952)	(71.607)	(86.233)	(72.856)
Custos de previdência social	(34.795)	(29.702)	(35.109)	(30.102)
Participação nos resultados	(1.980)	(4.500)	(1.980)	(4.500)
	(121.727)	(105.809)	(123.322)	(107.458)

b) Benefícios pós-emprego

Em 2019, a Companhia contratou uma consultoria para emissão do parecer atuarial, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, anexo à CVM nº 695, relativa à Extensão de Cobertura Médica decorrente dos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 e empregados afastados. As conclusões, consubstanciadas em informações atuariais, contábeis e financeiras na data base 31 de dezembro de 2019, constam a seguir.

O passivo atuarial líquido do plano de benefício definido foi mensurado no valor de R\$ 17.727, em contrapartida de R\$ 10.595, líquido dos efeitos tributários, em outros resultados abrangentes e R\$ 1.674, no resultado do exercício. A composição do passivo está demonstrada no quadro a seguir:

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Benefícios a empregados--Continuação

Benefício a empregados	Controladora e Consolidado 2019
Reconhecimento inicial	14.191
Custo do serviço corrente	370
Despesas com juros	1.304
Perda atuarial	1.862
	17.727

Hipóteses e métodos atuariais

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal, ele que pressupõe a acumulação do valor presente do benefício projetado em parcelas anuais iguais, no período decorrido entre a data de admissão do participante na patrocinadora do plano e a data provável da concessão de cada benefício.

A taxa de desconto utilizada para os cálculos foi baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro (títulos públicos de longo prazo – NTN-B) em 03/12/2019. Considerando a duração do passivo do plano avaliado de 22,5 anos, a taxa de desconto apurada foi de 3,60% a.a., líquida de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 3,50% a.a., temos uma taxa de desconto nominal de 7,23% a.a..

As hipóteses atuariais e financeiras aplicadas na avaliação atuarial foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pela Companhia e pela consultoria atuarial.

26. Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos extemporâneos (a)	22.978	17.468	22.978	17.468
Honorários de êxito	(1.294)	682	(1.294)	682
Varição no valor justo das propriedades para investimentos	46.068	2.364	46.068	2.364
Consultoria e projetos de pesquisa	(745)	(6.979)	(745)	(6.979)
Resultado na venda/baixa de ativos	(4.850)	(172)	(4.850)	(172)
Operações descontinuadas	2.661	-	2.661	-
Contingências líquidas	(5.415)	(1.544)	(5.415)	(1.544)
Provisão / perdas em estoque	(4.948)	(1.835)	(4.948)	(1.835)
Outras despesas, líquidas	(31.610)	(11.783)	(31.152)	(11.780)
	22.845	(1.799)	23.303	(1.796)

(a) Refere-se, basicamente, a créditos extemporâneos de PIS e Cofins.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	(10.633)	(24.385)	(10.633)	(24.385)
Variações monetárias e cambiais passivas	(33.206)	(65.744)	(33.206)	(65.744)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(35.679)	(24.404)	(35.679)	(24.404)
Outras despesas de juros	(13.473)	(1.161)	(13.473)	(1.161)
Tarifas bancárias	(489)	(532)	(488)	(532)
Outras despesas financeiras	(21.265)	(10.435)	(24.391)	(14.571)
	(114.745)	(126.661)	(117.870)	(130.797)
Receitas financeiras				
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	10.441	44.114	10.441	44.114
Variações monetárias e cambiais ativas	32.321	39.976	32.321	39.976
Rendimentos de aplicações financeiras	1.586	4.822	1.586	4.822
Outras receitas financeiras	5.715	3.414	5.820	3.578
	50.063	92.326	50.168	92.490
Resultado financeiro	(64.682)	(34.335)	(67.702)	(38.307)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi requerido um considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- *Nível 1* — Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- *Nível 2* — Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- *Nível 3* — Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia mantém contratos de “*swap*” registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do período.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)--Continuação

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores contábeis em virtude de as operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Seguem os ativos e os passivos financeiros:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros:				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	10.245	32.503	10.245	32.503
Equivalentes de caixa	50.818	2.608	50.818	2.608
Aplicações financeiras	-	66.271	-	66.271
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	205.621	169.347	205.621	169.347
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	187.331	174.507	187.331	174.507
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	8.510	28.760	8.510	28.760
	462.525	473.996	462.525	473.996
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	596.040	558.908	594.899	539.192
Debêntures	149.574	-	149.574	-
Fornecedores	189.516	310.343	189.516	310.343
Arrendamentos mercantis financeiros	48.100	1.912	48.100	1.912
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	34.124	16.698	34.124	16.698
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	5.508	8.892	5.508	8.892
	1.022.862	896.753	1.021.721	877.037

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)--Continuação

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros:				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	16.340	116.421	16.340	116.421
Equivalentes de caixa	50.877	2.647	50.877	2.647
Aplicações financeiras	-	66.271	-	66.271
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	231.996	210.160	231.996	210.160
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	187.331	178.603	187.331	178.603
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	8.510	28.760	8.510	28.760
	495.054	602.862	495.054	602.862
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	596.040	558.908	594.899	539.192
Debêntures	149.574	-	149.574	-
Fornecedores	235.859	420.970	235.859	420.970
Arrendamentos mercantis financeiros	48.100	1.912	48.100	1.912
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	9.939	-	9.939	-
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	5.508	8.892	5.508	8.892
	1.045.020	990.682	1.043.879	970.966

b) Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, operações de *swap*, debêntures e empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que estes são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos a seguir.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e os passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>				
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	(131.700)	(111.300)	(131.700)	(111.300)
	(131.700)	(111.300)	(131.700)	(111.300)
<u>Instrumentos de taxa variável</u>				
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa	50.818	2.608	50.877	2.647
Aplicações financeiras	-	66.271	-	66.271
Derivativos	8.510	28.760	8.510	28.760
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	(464.340)	(447.608)	(464.340)	(447.608)
Debêntures	(149.574)	-	(149.574)	-
Derivativos	(5.508)	(8.892)	(5.508)	(8.892)
	(560.094)	(358.861)	(560.035)	(358.822)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	<u>Aumento/(redução) em %</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
31/12/2019	(25%) (50%)	(10.160) (20.320)
31/12/2018	(25%) (50%)	(4.077) (8.154)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilar devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira em relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de *swap*, e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*. As operações consistem na troca da variação cambial (Dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média prefixada de 3,42% (31 de dezembro de 2018: 3,48%).

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de câmbio--Continuação

31 de dezembro de 2019	Valor Notional	Valor justo		Resultado no exercício
		Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
Risco de taxa de câmbio Instrumentos financeiros	48.520	8.510	5.508	192
	Circulante	8.510	5.508	
	Não circulante	-	-	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um resultado financeiro positivo de R\$ 192 (2018: R\$ 19.729).

Segue a exposição líquida do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira	30.192	134.971	30.192	134.971
Fornecedores	73.621	151.178	119.883	261.787
Contratos de <i>swap</i>	(30.192)	(134.971)	(30.192)	(134.971)
Exposição líquida	73.621	151.178	119.883	261.787

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
2019	25%	18.405	29.971
	50%	36.811	59.942
2018	25%	37.795	65.447
	50%	75.589	130.894

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas *commodities*. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de preço de commodities--Continuação

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda, além de operar com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada às condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com 11 clientes (31 de dezembro de 2018: 4 clientes) que deviam mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 45,19% (31 de dezembro de 2018: 19,3%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos da Companhia, 52,5% (31 de dezembro de 2018: 63,5%) vêm operando há mais de dois anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se esses clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes. Clientes que são ranqueados como "risco alto" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e as vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo e por dependência de cliente foi:

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) *Risco de mercado*--Continuação

Contas a receber--Continuação

Risco de crédito – tipo de cliente	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Clientes – Atacado	182.159	130.655	182.159	130.655
Clientes – Varejo	30.819	41.842	30.819	41.842
Outros clientes	2.516	5.121	28.891	45.934
	215.494	177.618	241.869	218.431

Risco de crédito – concentração de carteira	Consolidado			
	2019	%	2018	%
Maior cliente	47.231	19,5	10.162	4,7
2º a 11º maior cliente	49.694	20,5	37.119	17,0
12º a 50º maior cliente	49.955	20,7	50.251	23,0
Demais clientes	94.989	39,3	120.899	55,3
	241.869	100,0	218.431	100,0

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos e expectativas de perdas na realização das contas a receber.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2018: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco nas principais instituições financeiras. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças da Companhia. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados, respectivamente, nas Notas 17 e 18.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Não ocorreu alteração no capital social da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como também, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o mesmo exercício e anterior.

29. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

Modalidade:	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Responsabilidade civil (a)	16.000	16.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	319.345	224.112
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	489.800	377.860
	825.145	617.972

(a) Limitado a R\$ 8.000 por sinistro ou ocorrência.

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

30. Eventos subsequentes

Análise dos efeitos da COVID-19

A Administração realizou uma avaliação, até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, e não identificou atualizações relevantes a serem divulgadas, decorrente dos impactos causados pela COVID-19 nas operações e na posição financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

* * *

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de diretores da J.Macêdo S.A., sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório do auditor independente e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA – CVM: 2115-6
CNPJ: 14.998.371/0001-19
NIRE: 23.3.0002679-9

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, FINANÇAS E RISCO
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2021 – (2ª/2021)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 23 de setembro de 2021, às 14h, na sede da Companhia, situada na Rua Benedito Macêdo, nº 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, CEP 60.180-900.

PRESENCAS: A totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, conforme assinaturas lançadas ao final desta ata.

ORDEM DO DIA: Analisar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas empresas controladas, encerrados em 31 de dezembro de 2019 e reapresentadas em 23 de setembro de 2021.

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Amarílio Proença Macêdo** – Presidente da Mesa.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2019”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2019, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: **Amarílio Proença Macêdo** (Presidente da Mesa / Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Roberto Proença de Macêdo** (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Bruno Macêdo Rosa** (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); e **Alexandre José Afexe** (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco).



DECLARAÇÃO: A presente ata é lavrada em duas vias de igual teor e forma, sendo uma delas utilizada para compor o Livro de Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia.

Fortaleza, 23 de setembro de 2021.

AMARÍLIO PROENÇA MACÊDO

Presidente da Mesa / Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia

ROBERTO PROENÇA MACÊDO

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia

BRUNO MACÊDO ROSA

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia

ALEXANDRE JOSÉ AFEXE

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia